

ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E COOPERATIVISMO

Paulo Lourenço Domingues Junior*

RESUMO

Neste artigo, discutimos num primeiro momento, a noção de exclusão social. Posteriormente, analisamos os processos de exclusão social da população de rua no município de São Paulo. Constatamos o aumento da população de rua neste município e também a mudança no seu perfil. Verificamos, então, as possibilidades de inclusão social dessa população, através da realização de políticas públicas, mais especificamente, do cooperativismo. Analisamos em profundidade uma cooperativa voltada para a população de rua, situada no município de São Paulo. Observamos as possibilidades (e os limites) da construção da cidadania e da autonomia por meio do trabalho em cooperativas. Por fim, analisamos a luta dessa população para ser reconhecida como sujeitos portadores de direitos, bem como as possibilidades da construção de um novo ator político constituído a partir da população de rua.

Palavras-chave: população de rua, exclusão social, política pública, cooperativa, cidadania.

ABSTRACT

In this article, we first discuss the notion of social exclusion. Afterwards, we analyze the processes of social exclusion of the street population in the city of São Paulo. We evidence the increase of the street population in this city and also a change in the profile of this population. Then, we verify the possibilities of social inclusion of this population, through the realization of public policies, more specifically, through cooperativism. We carry out an in-depth analysis of a cooperative focused on the street population in the city of São Paulo. We verify the possibilities (and the limits) of building citizenship and autonomy through collective work in cooperatives. Finally, we analyze the struggle of this population to be recognized as individuals who have rights, as well as the possibilities of building a new political presence from among the street population.

Key words: Street population, social exclusion, public policy, cooperative, citizenship.

INTRODUÇÃO¹

Este artigo tem por objetivo pensar a especificidade da exclusão social da população de rua, bem como algumas possibilidades e alternativas de inclusão social. A categoria “exclusão” tem sido alvo de muitas polêmicas. É criticada pelo viés marxista por José de Souza Martins (1997), quando afirma que tal categoria não é explicativa, já que no capitalismo há uma grande massa de pessoas que está sempre, de alguma forma, incluídas no mercado, fazendo trabalhos precários, auxiliando a reprodução ampliada do capital e, portanto, a produção e circulação de bens e serviços. Já Robert Castel (2000) afirma

* Doutor em Sociologia na USP.

¹ Uma versão deste artigo foi publicada na revista “Escenários”, n. 10, Espacio Editorial.

basicamente que a noção de exclusão naturaliza a questão social, e não é explicativa da mesma, ao mascarar os processos que levam às situações de empobrecimento. Assim, pensar os processos de “exclusão” aqui significa analisar as relações que levam à perda ou à ausência dos direitos de cidadania. Tais processos dizem respeito também àqueles ligados ao mercado de trabalho.

Dessa forma, num primeiro momento, analisamos a questão da população de rua, os processos que levam à moradia nas ruas, bem como as possibilidades de reintegração dessas pessoas através do trabalho, mais especificamente, por meio do cooperativismo. Através deste, pensamos as possibilidades da construção de autonomia e de cidadania pela população de rua. Analisamos a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis Ltda (Coopamare), uma cooperativa de trabalho de materiais recicláveis voltada para a população de rua, localizada em São Paulo.

Por cidadania, entendemos os direitos sociais e civis², conforme Marshal (1967). Destacamos que a população de rua não possui alguns dos direitos sociais básicos, tais como emprego e moradia, dependendo de instituições públicas ou privadas para a realização da sua reprodução social, como dormir, alimentar-se, entre outros, o que reforça a subalternidade dessa população (Alves, 1994). Entendemos também a cidadania como a retomada da autoestima e a possibilidade de reconstrução de novas identidades, como forma de se recuperar a dignidade perdida e a capacidade de luta por seus direitos (Manzini-Covre, 1996).

Quanto à autonomia, entendemos que através do cooperativismo, o morador de rua pode voltar a trabalhar, e ter acesso à alimentação, à moradia, entre outros e, sobretudo, reconstituir os laços familiares perdidos. O cooperativismo pode proporcionar também um espaço de autonomia para esses trabalhadores, desde que exista um espaço de co-gestão ou autogestão no gerenciamento da cooperativa³. Além disso, o cooperativismo pode também estimular a formação do coletivo, de novas subjetividades que dêem origem a novos atores políticos que reivindiquem seus direitos na esfera pública.

² Entre os direitos sociais, destacamos o direito ao trabalho, à saúde, à moradia, entre outros, que fazem parte da luta da população de rua. Entre os direitos civis, destacamos o direito de ir e vir.

³ Sobre a complexa relação entre trabalho e autonomia, vide Cattani (1996).

A seguir, exporemos em tópicos, os principais temas de nossa pesquisa realizada sobre a população de rua (Domingues Junior, 2003).

OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO DE RUA

A cada ano, a questão da população de rua torna-se mais problemática. Em São Paulo, no ano de 1991, havia 3.339 pessoas morando nas ruas da capital em 1994, este número aumentou para 4.549. Em 1996, existiam 5.334 pessoas⁴, e atualmente, estima-se que haja mais de 10.000 pessoas morando nas ruas.

Existe atualmente um novo perfil de moradores de rua em São Paulo. Aproximadamente metade de tal população nasceu no Sudeste do país. É constituída, sobretudo, de desempregados, trabalhadores de baixa qualificação. A maioria deles já teve passagem pelo mercado formal de trabalho e possui primeiro grau incompleto⁵.

O processo para a moradia nas ruas depende de uma combinação entre a perda dos laços familiares e a perda do emprego. A falta do emprego dificulta o indivíduo a manter a reciprocidade familiar, impedindo-o de manter o papel de chefe provedor, o que ocasiona diversos conflitos familiares e o abandono da família (Zaluar, 1995). Entretanto pode existir o caminho inverso. Após desavenças familiares, o indivíduo pode abandonar o lar e deixar o trabalho.

Ao perder o emprego e os laços sociais familiares, o indivíduo migra por diferentes bairros, cidades e estados, buscando reconstituir as relações familiares e de trabalho, configurando um nomadismo ocupacional e territorial. O trabalho (mesmo o informal) vai se tornando cada vez mais raro e difícil de ser conseguido, e faz com que o indivíduo tenha poucas possibilidades de dormir no trabalho ou mesmo de conseguir pagar uma moradia ou albergue para dormir. Começa então, a alternar a moradia em albergues com a moradia temporária nas ruas, oscilando também entre a obtenção de trabalho e a sua completa ausência, o que configura uma identidade fraturada e perturbada, variando entre a construção de um mundo da “ordem” e da “desordem” simbólica, frente às dificuldades de construção de

⁴ Dados extraídos de Fabes (1994 e 1996) e Vieira (1994).

⁵ Dados extraídos de Fabes (1994 e 1996) e Vieira (1994).

um lugar no mundo (Silva, 1996). A moradia em definitivo nas ruas é vista como a permanência num mundo da “desordem” simbólica, que também vai ser característica da sua exclusão.

Segundo Alba Zaluar (1995), o morador de rua está sujeito à violência concreta e real emanada por diferentes pessoas que não gostam da sua presença, bem como do poder policial. Outra violência que o morador de rua sofre é a simbólica, já que vai adquirindo a identidade de inútil e fracassado, pois perdeu muitas referências da construção positiva das identidades, tais como família e amigos, sendo estigmatizado socialmente. Como não possuem seu próprio espaço de moradia, tais indivíduos são classificados de acordo com o espaço que possuem, as ruas, já que conforme Bordieu (1997) os espaços habitados também exprimem hierarquias sociais.

A população de rua é vista socialmente como pessoas que não querem trabalhar, composta por vagabundos e marginais. O morador de rua acaba se culpando pelo fato de não conseguir trabalho, internalizando os padrões da sociedade. Além disso, o fato de que parcela substantiva dessa população possui problemas com o álcool, por exemplo, faz com que sintam vergonha da sua situação, acarretando danos muito fortes à sua auto-estima e subjetividade (Nasser, 1996).

Assim, os moradores de rua estão propensos a um círculo vicioso de exclusão do mercado de trabalho, estigmas diversos e dilaceração da subjetividade. O fato de serem moradores de rua é um fator impeditivo de acesso ao mercado de trabalho, seja pelo preconceito de que são vítimas, seja pelo desgaste físico que a moradia nas ruas impõe. Devido à falta de um trabalho regular, o morador de rua não consegue juntar dinheiro suficiente para a obtenção de uma moradia, e nem mesmo reconstituir família, reforçando o ciclo de exclusão a que está submetido (Vieira, 1994).

Inseridos na questão da “nova” pobreza nacional, que tem como pressuposto a impossibilidade de inserção num trabalho regular (Telles, 1994), começou-se a buscar alternativas para a reintegração dessas pessoas no mercado de trabalho através do cooperativismo, como ferramenta de política pública e inclusão social

COOPERATIVISMO COMO ALTERNATIVA DE INCLUSÃO SOCIAL

Analisamos uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis como forma de verificar as possibilidades (e os limites) da construção da cidadania e autonomia dos moradores de rua⁶. A cooperativa Coopamare é uma experiência avaliada de modo bastante positivo na cidade de São Paulo (Folha de São Paulo, 1996).

Traçamos inicialmente o histórico dessa cooperativa. A Coopamare foi fundada a partir de uma ONG (Organização Não Governamental) chamada OAF (Organização de Auxílio Fraternal). Esta última sempre foi ligada à Igreja Católica e atuava no combate à pobreza no centro da cidade de São Paulo, de modo mais assistencialista, desde a década de 1950. Sob influência da teologia da libertação dos anos 70, ela mudou o seu discurso e sua forma de ação. Passou a privilegiar a formação de grupos e de um coletivo a partir dos moradores de rua como forma de organização dos mesmos e de reivindicação dos seus direitos sociais frente ao Estado.

Nesse contexto, a ONG começou a criar diversos projetos e espaços de convivência, como forma de proporcionar encontros de reflexão, de conscientização e de questionamento da dura realidade vivida pela população de rua. Um grupo de moradores, que se conheceu em 1983 nos programas da OAF, começou a pensar formas coletivas de inserção laboral. Desse modo, 10 moradores de rua começaram a trabalhar coletivamente na coleta de materiais recicláveis por meio de carrinhos de madeira.

No ano de 1985, o prefeito de São Paulo à época, Jânio Quadros, iniciou uma perseguição aos catadores da cidade. O grupo vinculado à ONG fundou uma associação como forma de legalizar o seu trabalho, e participou junto com outros catadores de diversos protestos contra a proibição de seu trabalho. A associação se desenvolveu e, em 1989, transformou-se em cooperativa como forma de melhorar a sua regulamentação jurídica e aumentar a sua possibilidade de comercialização, contando com o auxílio da ONG neste processo.

Formada a cooperativa, estabeleceram-se uma diretoria eleita por todos, aplicação dos princípios cooperativos, propriedade e gestão coletiva, divisão dos lucros de modo igualitário (Rios, 1987), (Maia, 1985) (Rech, 1996). A ONG forneceu uma assistente social e uma

⁶ Vide Domingues Junior (2003).

secretária para auxiliar na contabilidade. No começo da década de 90, a cooperativa cresceu graças ao apoio fornecido pela então prefeita Luíza Erundina (1989-1992), que cedeu verbas e um terreno extenso para a cooperativa, que passou a ter 52 catadores de materiais recicláveis.

Contudo, com a entrada posterior de dois prefeitos extremamente conservadores – Paulo Maluf e Celso Pitta – no município de São Paulo, a cooperativa (e a população de rua em geral) passou a ser hostilizada, sofrendo ameaças de despejo. Além disso, a partir de 1996, por causa de problemas internos existentes na cooperativa (briga, uso de álcool, entre outros), algumas mudanças foram realizadas. A cooperativa - em parceria com a ONG - contratou mais dois funcionários: um para cuidar da vigilância, e outro para auxiliar nas decisões comerciais, mudando o modelo de autogestão (dos catadores) para a co-gestão (catadores e ONG). O número de filiados (80) também começou a cair, e, a partir de 2000, houve um novo crescimento.

AS AMBIGÜIDADES DA COOPERATIVA NA VISÃO DOS COOPERADOS

No estudo qualitativo realizado (Domingues Junior, 2003), percebeu-se que os catadores tendem a criar uma identidade coletiva em torno da cooperativa, objetivando a posse e o cuidado com ela, já que a cooperativa é gerida coletivamente, diferentemente dos trabalhos tradicionais, em que a hierarquia e o mando são bem definidos e delimitados.

Segundo Quirino dos Santos (1985), no trabalho se cristalizam e se explicitam as desigualdades e as assimetrias sociais. Entre os vários elementos que classificam e hierarquizam os diferentes trabalhadores, está o uso do espaço. Assim, enquanto chefes possuem espaços (salas) individuais, bem equipadas, com ar condicionado, computadores, etc., as classes populares possuem funções (que os classificam como inferiores) de mero abastecimento de café, água e papel, e não possuem espaços previstos dentro das empresas, ficando eles nas cozinhas, garagens e porões. Percebem o espaço da empresa como o espaço dos outros.

Já na cooperativa (Coopamare) existe um uso coletivo e comum dos diversos espaços de trabalho, além de cozinha, banheiros, entre outros, de todos os catadores, bem como de funcionários da ONG. A cooperativa também é vista como um lugar onde existe justiça e

onde não há a tradicional exploração que ocorre na maioria dos empregos. Estes dois fatores, entre outros, favorecem a percepção e a construção da igualdade na cooperativa.

Além disso, desenvolvem-se dentro da cooperativa, relações de solidariedade na execução das tarefas internas e, sobretudo, o estabelecimento de novas formas de sociabilidade, de amizade e de cumplicidade entre os cooperados, diferentemente de outras empresas na qual trabalharam, e distintamente também do isolamento e da solidão que vivenciaram nas ruas. Dessa forma, os catadores conseguem deixar o mundo da “desordem” simbólica e restabelecer laços de amizade e companheirismo, conseguindo ter na cooperativa um território onde possam lançar âncoras (Silva, 1996). Amparados em novas solidariedades e relações de alteridade que se formam na cooperativa, os catadores conseguem reconstruir suas identidades, daí a metáfora da cooperativa como uma “família” encontrada nas entrevistas realizadas junto aos catadores.

Entretanto, apesar do discurso e da ação favorável à construção da igualdade na cooperativa, as desigualdades e hierarquias sociais inerentes à sociedade brasileira tendem a se reproduzir na cooperativa. Assim, se de um lado os cooperados afirmam que não existem padrões na cooperativa, porque os próprios catadores é que fazem a gestão da própria cooperativa, por outro lado, reclamam de diretores ou mesmo de funcionários da ONG que tendem – por vezes – tomar decisões unilaterais ou mandarem no restante dos catadores. Existe um conflito na cooperativa em torno de quem possui as aptidões necessárias para o comando dela. De um lado, diretores da cooperativa e funcionários da ONG têm a tendência de chamar a atenção dos catadores para falhas e erros realizados no trabalho e no cotidiano da cooperativa. Reproduzem o discurso “competente” (Chauí, 1993) da eficiência e do maior conhecimento, e portanto, da melhor competência para a tomada de decisões. De outra, os demais catadores não aceitam que a diferenciação de cargos se converta em diferenças de poder dentro da cooperativa, não aceitam ordens, criticam diretores e funcionários da ONG, e tentam evitar que as decisões se concentrem neles.

Segundo Chauí (1986), na sociedade brasileira, as classes dominadas absorvem as relações de dominação de classe existentes entre dominantes e dominados. Assim, as relações de poder se reproduzem entre os próprios dominados. Dessa forma é possível encontrar na cultura popular, um discurso mais progressista, e concomitantemente, um discurso autoritário

no mesmo sujeito. Logo, os catadores lutam para manter relações igualitárias na cooperativa, numa sociedade marcada por um imaginário e formas de sociabilidade desiguais, como a brasileira. Assim, por vezes, conseguem ter uma visão mais progressista no sentido da construção da igualdade, outras vezes, reproduzem as relações de poder e de desigualdade.

Em suma, de um lado, a cooperativa é composta por iguais, aceita-se a diferenciação de papéis, mas não de poder. De outro, reproduzem-se na cooperativa as relações de assimetria e desigualdades inerentes à estrutura social brasileira, havendo a produção do discurso da “competência”, de mando e da obediência de acordo com saberes e hierarquias organizacionais, o que coloca obstáculos à construção da autonomia dentro da cooperativa.

A PRODUÇÃO DE NOVAS IDENTIDADES

Quando eram moradores de rua, os atuais integrantes da cooperativa dependiam de instituições públicas e privadas para concretizarem sua reprodução social, comer, vestir, se alimentar, entre outros. Após a entrada para a cooperativa, romperam os vínculos de dependência com tais instituições e conseguiram obter ganhos regulares através do trabalho na cooperativa. Sobretudo, retomaram a vida cotidiana, restabelecendo os laços de amizade e familiares, bem como conquistaram uma moradia própria.

Mesmo morando nas periferias e tendo um trabalho sem carteira assinada, nas entrevistas realizadas, os catadores destacaram o “nível” em que se encontram hoje, já que “colocaram a cabeça no lugar”, e se transformaram “em outra pessoa”. Temos assim, o restabelecimento de uma auto-imagem e de uma identidade positiva, diferentemente da imagem de “caídos”, daquele que não possui lugar no mundo, quando estavam nas ruas. Isso não significa, entretanto, que não sofram com o trabalho que realizam, e principalmente, com o não-reconhecimento deles por parte da sociedade, o que coloca alguns limites à reconstrução de identidades positivas.

À primeira vista, os catadores se conformam e reproduzem o discurso do seu estigma, atribuindo-os aos mendigos e moradores de rua, pessoas que têm vícios, não controlam a bebida, não possuem higiene, trabalho e família, em contraposição aos “integrantes da Coopamare, que não estão mais neste estado”. Depois, concomitantemente, rejeitam a idéia de

que a população de rua é constituída por vagabundos, pois já passaram por essa situação, e sabem que tais pessoas são vítimas das circunstâncias, do desemprego, entre outras.

Assim, os catadores se diferenciam, mas também se identificam com a população de rua.

Possuem uma identidade coletiva realizada em torno do “Nós, catadores da Coopamare”, o que não impede a sua identificação com a luta pelos direitos que possuem em comum com a população de rua. Portanto, os catadores não apenas reproduzem os valores dominantes, mas resistem a estes. A dura experiência de dor e discriminação pela qual passaram vai ser reformulada na direção da sua própria formação enquanto atores políticos. Assim, a partir da constituição de novas subjetividades e identidades (positivas), os catadores irão se transformar em agentes na luta por seus direitos sociais, como também da população de rua como um todo, participando de diversas manifestações políticas e pressionando a realização de políticas públicas.

A CONSTITUIÇÃO DE NOVOS SUJEITOS POLÍTICOS

Nos anos 80, a população de rua começou a ganhar visibilidade devido às grandes passeatas que foram realizadas nesse período. Especialmente, a partir de 1985, com a prefeitura de Jânio Quadros, intensificou-se a realização de manifestações públicas, por causa da perseguição da população de rua pelo então prefeito. Participavam das manifestações, além da própria população de rua, algumas entidades católicas (entre elas, a OAF), entidades de outras religiões, e alguns vereadores ligados aos moradores de rua.

Apesar de estarem politicamente organizados, a população de rua e as suas instituições não conseguiam inserir as suas demandas sociais junto ao Estado, no sentido de serem elaboradas políticas públicas para essa população. Isso está relacionado à dificuldade de representação dos diferentes interesses no espaço público brasileiro, que não reconhece a diversidade e a legitimidade de atores sociais e políticos com interesses, valores e direitos legítimos. (Silva, 1994), (Telles, 1990)⁷.

⁷ Entendemos espaço público como aquele que se possa agir, opinar, e adquirir visibilidade, conforme Hannah Arendt (1981).

Telles (1993) destaca que historicamente, na construção do espaço público brasileiro, sempre faltou o reconhecimento de valores e interesses plurais, as demandas das classes populares sempre foram pouco atendidas, uma vez que elas sempre foram vistas como pessoas carentes e que necessitam de tutela. Tal imagem se desfaz quando os conflitos se tornam públicos, e essas classes reivindicam seus interesses e demandas, aparecendo como sujeitos portadores de direitos legítimos.

Nesse sentido, destacamos a dificuldade da população de rua que, além de não ser reconhecida como agente de direitos, é marcada pelo isolamento, migração, e fragmentação da sua subjetividade, o que dificulta a formação de uma identidade coletiva com a finalidade de reivindicação de seus direitos.

A partir do governo de Luíza Erundina na prefeitura de São Paulo, em 1989, porém, foi estabelecido um fórum (entre vários outros) da população de rua, constituído em parceria com sociedade civil e Estado para o atendimento das demandas da população de rua. Passaram a participar do fórum, os moradores de rua, entidades ligadas à população de rua, uma delas, a Coopamare, que auxiliava a pensar políticas públicas de trabalho para essa população.

Durante a gestão de Luíza Erundina, foram criadas diversas políticas públicas de atendimento à população de rua, que até então praticamente inexistiam. Por exemplo, foram construídos restaurantes, albergues, centros de convivência, alternativas de trabalho, entre outros. Também foi instituído “o dia de luta da população de rua”, um dia de passeatas dos próprios moradores de rua e suas instituições até os poderes legislativo e executivo, com a finalidade de dar visibilidade aos problemas relacionados aos moradores de rua, e se exigirem políticas públicas. A cooperativa Coopamare participava também como um dos organizadores do dia de luta.

Assim, no governo Erundina, criaram-se fóruns públicos em que diferentes conflitos e interesses eram reconhecidos e negociados, definindo o uso dos recursos públicos. Fóruns que propiciaram a formação de um novo espaço público, favorecendo a atuação da população de rua como sujeito político, dotado de direitos, pessoas que possuem o “direito a ter direitos”⁸.

⁸ Na conhecida expressão de Hannah Arendt (1981).

Ao término da gestão Erundina (em 1992), contudo, e a partir da gestão de Paulo Maluf e, posteriormente, de Celso Pitta na prefeitura de São Paulo, tentou-se dismantlar o fórum da população de rua, e as políticas públicas realizadas no governo anterior. Iniciou-se a perseguição aos catadores e à população de rua em geral, através da “limpeza” de viadutos e da tentativa da proibição do trabalho de catador de papelão. Graças à pressão da população de rua e das entidades ligadas à mesma, evitou-se a deterioração das políticas públicas realizadas. Destaque-se que a cooperativa de catadores (Coopamare), junto com outras instituições, teve um papel importante na conscientização da importância do trabalho do catador de materiais recicláveis, ajudando a evitar que leis que prejudicassem seu trabalho (e da população de rua como um todo) fossem votadas.

CONCLUSÃO

A população de rua na cidade de São Paulo possui um novo perfil, sendo composta basicamente por desempregados, e a maioria já possuiu carteira de trabalho assinada. A trajetória para a moradia nas ruas ocorre por causa da combinação entre a perda do emprego e o rompimento dos laços familiares. A partir de então, o indivíduo migra por diferentes regiões, bairros, cidades e estados, com a finalidade de reconstituir as relações de trabalho e familiares. Fracassada tal tentativa, passa a oscilar a moradia entre albergues e ruas, até que, sem dinheiro para pagamento de qualquer tipo de moradia, passa a habitar as ruas em definitivo. O que significa entrar para o mundo da “desordem” simbólica, da dilaceração da auto-estima e da identidade.

O retorno ao trabalho pode significar a saída de tal ciclo de exclusão, já que através de ocupação, o morador de rua deixa de depender de instituições privadas e públicas para a concretização da sua reprodução social, comer, vestir-se, dormir, etc. Além disso, o indivíduo pode novamente conseguir pagar uma moradia e, sobretudo, voltar a desempenhar o papel de chefe provedor familiar, reconstituindo os laços sociais familiares e de amizade.

Desse modo, o cooperativismo representa uma das possibilidades de inclusão social através do trabalho. Através da análise em profundidade da cooperativa estudada (a

Coopamare), entendemos que, de fato, o trabalho como catador possibilita a saída da moradia nas ruas e a retomada dos laços sociais.

A entrada na cooperativa favorece a conquista da cidadania, o acesso ao trabalho, à moradia, entre outros direitos sociais. Também permite que o indivíduo recupere a noção de auto-estima positiva, reconstruindo uma identidade dilacerada pela vivência no mundo das ruas. A cooperativa aparece como uma grande “família”, lugar onde se estabelecem relações de solidariedade e companheirismo, seja na relação de trabalho diária, seja na vida cotidiana. Contudo, tal inserção também possui problemas e limites, pois o trabalho de catador de materiais recicláveis é discriminado socialmente, o que é motivo de dor e de frustração para eles.

Da mesma forma, a participação dos catadores na gestão da cooperativa é marcada por algumas ambigüidades. Se de um lado, a participação na cooperativa estimula a construção da autonomia dos catadores, já que estes tomam a maioria das decisões de modo coletivo, por vezes, se estabelece a tentativa de diretores da cooperativa e membros da ONG (OAF) de exercerem o poder de modo unilateral. Alegam maior conhecimento e competência para a tomada de decisões, algo rechaçado pelos demais catadores da cooperativa. Também, algumas vezes, há a prevalência do discurso (e da ação) em favor da construção da igualdade entre outros, evitando a cristalização de assimetrias e desigualdades constitutivas da sociedade brasileira. Outras vezes, há a reprodução das relações de hierarquia e de poder inerentes às organizações e trabalhos tradicionais.

Mesmo com a constituição de uma nova subjetividade e de um trabalho ainda marcados pela precariedade, a cooperativa possibilitou a constituição de uma nova identidade individual e coletiva e, sobretudo, permitiu que os catadores se tornassem novos atores políticos. Eles lutaram ao longo dos anos 80 e, mais ainda, na década de 90, para que os seus direitos fossem respeitados, bem como os da população de rua como um todo, auxiliando na conquista e elaboração de políticas públicas. Atualmente, os catadores da Coopamare seguem lutando para que os outros catadores de materiais recicláveis e a população de rua tenham visibilidade e dignidade, e continuam a trilhar os difíceis percursos da luta por direitos e pela construção da cidadania.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Madalena, *Os Vínculos Afetivos e Familiares dos Homens de Rua*, dissertação de mestrado em Serviço Social, PUC-SP, 1994.

ARENDDT, Hannah, *A condição humana*, Rio de Janeiro, Forense, 1981.

BOURDIEU, Pierre, *A Miséria no Mundo*, Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

CASTEL, Robert, “As armadilhas da exclusão”, in: Belfiore-Wanderley, Mariângela (Org.), *Desigualdade e a Questão Social*, São Paulo, Educ, 2000.

CATTANI, Antonio David, *Trabalho e Autonomia*, Petrópolis, Vozes, 1996.

CHAUÍ, Marilena de Sousa, *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____, *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*, 6^a.ed., São Paulo, Cortez, 1993.

DOMINGUES JUNIOR, Paulo Lourenço, *Cooperativa e a construção da cidadania da população de rua*, São Paulo, Loyola, 2003.

FOLHA DE SÃO PAULO, “Cooperativa é opção contra desemprego”, 15/09/1996.

MAIA, Isa, *Cooperativa e Prática Democrática*, São Paulo, Cortez, 1985.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes, *O que é cidadania*, 3^a.ed., São Paulo, Brasiliense, 1994.

_____, *No caminho de Hermes e Sherazade: Cultura, Cidadania e Subjetividade*, Taubaté, Vogal, 1996.

MARSHAL, T.H, “Cidadania e Classe Social”, in: *Cidadania, Classe Social e Status*, Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MARTINS, José de Souza, *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*, São Paulo, Paulus, 1997.

NASSER, Ana Cristina A, *Sair para o Mundo - Trabalho, Família e Lazer: relação e representação na vida dos excluídos*, tese de doutorado, Departamento de Sociologia, FFLCH-USP, São Paulo, 1996.

QUIRINO DOS SANTOS, José Francisco F, *A conquista do espaço: trabalho e utopia nos escritórios de São Paulo*, tese de doutorado, Departamento de Antropologia, FFLCH-USP, São Paulo, 1985.

RECH, Daniel, *Cooperativas - Uma alternativa de organização popular*, Rio de Janeiro, FASE, 1996.

RIOS, Gilvando de Sá Leitão, *O que é cooperativismo*, 2^a.ed., São Paulo, Brasiliense, 1987.

SÃO PAULO, Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES). *Pesquisa sobre a População de Rua no Município de São Paulo*, São Paulo, 1994 e 1996.

SILVA, Ana Amélia, “Esfera Pública e Sociedade Civil: uma (re)invenção possível”, in: *Revista da Fundação Seade*, São Paulo, vol 8, n° 2: 61-67, Abr-Jun/94.

_____, *Cidadania, Conflitos e Agendas Sociais: das favelas urbanizadas aos fóruns internacionais*, Tese de doutorado, Depto. de Sociologia da FFLCH/USP, 1996.

TELLES, Vera, “Espaço público e privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt”, *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S.Paulo, 2 (1): 23-48, 1º.sem. 1990.

_____, “Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo”, in: *Caderno CRH*, Salvador, 19: 8-21, Jul/Dez 1993.

_____, “Sociedade Civil e os Caminhos (Incertos) da Cidadania”, in: *Revista da Fundação Seade*, São Paulo, vol 8, n° 2: 7-14, Abr-Jun/94.

VIEIRA, Maria Antonieta C. (org), *População de rua: quem é, como vive, como é vista*, Secretaria Municipal do Bem-Estar Social - Prefeitura de São Paulo, 2ª.ed., São Paulo, Hucitec, 1994.

ZALUAR, Alba, “Comentários dos assessores sobre o perfil da população de rua”, in: Rosa, Cleisa M.M. (Org), *População de rua: Brasil e Canadá*, São Paulo, Hucitec, 1995.